

**ALOCUÇÃO DO MAJOR-GENERAL COM, TIAGO VASCONCELOS,
NA CERIMÓNIA COMEMORATIVA
DO DIA DO COMANDO OPERACIONAL DA MADEIRA
Funchal, 25 de Fevereiro de 2011**

Senhor Secretário Regional dos Recursos Humanos,

Na pessoa de Vossa Excelência saúdo o governo e a administração regional e agradeço a cooperação institucional sem falhas, o acompanhamento atento e a solidariedade que o Comando Operacional da Madeira sempre tem sentido ser vontade das autoridades regionais madeirenses manter e fortalecer. Na Região Autónoma da Madeira sente-se a vitalidade da Instituição Militar, naquilo que a expressão “Instituição Militar” tem de mais radical, que é o sentido do dever das pessoas para com a sua comunidade, que é o da disponibilidade das pessoas para lutarem e fazerem sacrifícios pelo desenvolvimento e o progresso da sua terra. Creio ser em grande parte por isso que os militares gostam tanto de servir na Região Autónoma da Madeira.

Senhores Generais Comandantes-Chefes e Comandantes Operacionais da Madeira que me antecederam no cargo,

A presença de Vossas Excelências constitui um enorme estímulo para todos quantos servem neste Comando. Aquilo que somos hoje resulta em grande parte das experiências, das orientações e das iniciativas que a acção esclarecida de Vossas Excelências, e de todos os outros que hoje não puderam aqui estar mas que me escreveram ou falaram, permitiu acumular, sucessivamente acrescentando valor a esta Instituição. Permitam-me que saúde em particular o General Wilton Pereira, o mais antigo dos meus antecessores aqui presente, em cujo mandato, aliás, se deu o impulso decisivo para a construção deste edifício; que, no entanto, viria a ser construído e inaugurado já depois de ele ter cessado funções na Madeira.

Senhor Vereador da Cultura e das Finanças da Câmara Municipal do Funchal, em representação do Senhor Presidente,

Ao saudar a presença hoje entre nós de Vossa Excelência, é impossível não evocar a razão pela qual fomos obrigados a cancelar em 2010 esta cerimónia. Acredito que a resposta do município e da população do Funchal às adversidades que a causticaram no ano passado, em especial o aluvião de 20 de Fevereiro, será recordada para sempre como uma página particularmente heróica da história contemporânea desta Cidade.

Senhores Comandantes da Zona Marítima da Madeira e do Aeródromo de Manobra n.º 3,

Permitam-me que enquanto comandante da componente Exército, que por lei exerço em acumulação com as funções de Comandante Operacional da Madeira, me associe a Vossas Excelências enquanto entidades de mais elevada autoridade na hierarquia da Marinha e da Força Aérea na Região Autónoma da Madeira para saudar todos os militares das Forças Armadas Portuguesas que muitas vezes discretamente, mas sempre com grande eficiência e eficácia, cumprem importantes missões na Região.

Excelentíssimas autoridades civis e militares,
Senhoras e senhores convidados,
Militares e civis do Comando Operacional da Madeira,

O Comando Operacional da Madeira é uma estrutura ligeira, sem dúvida, mas que tem um ponto forte muito importante: o de ser uma organização onde convergem as culturas institucionais dos três ramos que constituem as forças armadas portuguesas.

Como tive oportunidade de recentemente afirmar numa apresentação que, por nomeação do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, fiz ao Curso Intensivo de Segurança e Defesa que o Instituto de Defesa Nacional organizou este ano lectivo na Madeira, Portugal ter forças armadas próprias é uma opção dos portugueses. E frisei este ponto várias vezes porque, de facto, existem países que não têm forças armadas próprias. Também fazer parte de

uma aliança militar, como a NATO, ou integrar as mais diversas organizações internacionais, como as Nações Unidas, a União Europeia e muitas outras é uma opção dos portugueses.

É verdade que podemos dizer que estas opções de integrar as organizações que ordenam e regulam o sistema internacional são estrangidas por factores históricos, geográficos, políticos, económicos e culturais, mas nem por isso deixam de fundamentalmente ser opções.

Podemos então com certeza afirmar que a estas opções está subjacente a vontade de Portugal se afirmar como um Estado que contribui responsabilmente para o bom funcionamento do sistema internacional. De facto, como afirmei numa ocasião pública aqui no Funchal em Outubro do ano passado, Portugal, que de forma tão óbvia nos últimos tempos depende do bom funcionamento dos mercados financeiros internacionais; cujo comércio externo face à riqueza que produz tem uma dimensão acima da média mundial; que para garantir o bem-estar e o modo de vida das suas populações depende vitalmente do abastecimento de produtos como o petróleo, o gás natural e outros; que, como outros países, sofre as consequências de catástrofes naturais longínquas ou das alterações climáticas; Portugal tem, dizia, um evidente interesse na segurança e bom funcionamento do sistema internacional.

Assim, qualquer Estado que tenha um interesse no bom funcionamento do sistema internacional deve sentir-se convocado para participar na segurança do sistema de modo proporcional à sua dimensão e ao benefício que colhe desse bom funcionamento, no fundo fazendo jus às expectativas naturais que em relação a si próprio alimentam os Estados seus aliados e parceiros nos mecanismos de regulação do sistema internacional.

Se todo o globo estivesse apropriado pela jurisdição de Estados responsáveis e se os mecanismos para promover a conciliação e a acomodação pacífica de interesses divergentes fossem 100% eficazes, provavelmente as forças armadas não seriam necessárias. Porém, os factos demonstram que não é

assim. E, por isso, a manutenção da paz e da estabilidade política e social que permite o desenvolvimento das actividades económicas e da criação de riqueza depende certamente de muitos factores e a sua defesa faz-se em muitos planos; mas, em última análise, continua a exigir a posse, a exibição e, ocasionalmente, a utilização dos meios militares.

Por isso, também, os Estados responsáveis como Portugal têm de garantir a estabilidade e a segurança dos espaços sob a sua directa jurisdição, onde frequentemente se aplicam compromissos internacionalmente assumidos, como são os casos da informação de voo ou da busca e salvamento no mar. Mas também têm de contribuir sempre que necessário para a estabilidade e a segurança dos mercados de origem das suas importações e de destino das suas exportações; para a segurança das linhas de comunicações; para a estabilidade das regiões onde se concentram as suas principais comunidades de emigrantes; ou mesmo para a estabilidade de países e regiões onde nem sempre são imediatamente visíveis interesses políticos e económicos, mas onde o falhanço ou o colapso da autoridade dos Estados tem sempre profundas implicações negativas para o regular funcionamento do sistema internacional.

Por outro lado, se nenhum país se pode preparar igualmente para todas as ameaças possíveis e imaginárias, a verdade é que nenhum Estado responsável pode dar-se ao luxo de não possuir os recursos necessários para enfrentar os perigos mais prováveis, bem como a capacidade de se mobilizar, em tempo útil e até ao limite necessário e possível, para neutralizar as ameaças contra os seus interesses vitais. E é justamente aqui que entra o Comando Operacional da Madeira.

O Comando Operacional da Madeira é um órgão de comando e controlo de natureza conjunta que não tem forças e meios atribuídos em permanência, porquanto não se vislumbram ameaças que o justifiquem. No entanto, tem de prever a possibilidade e as circunstâncias em que tais meios lhe possam ser atribuídos, bem como o emprego operacional que fará deles, o que desde logo obriga a estabelecer metas razoáveis e credíveis para o treino operacional

conjunto. Com efeito, o planeamento, execução e avaliação do treino operacional conjunto, com vista a, por um lado, elaborar e actualizar os planos de defesa militar e de contingência a nível regional, a serem submetidos ao CEMGFA para aprovação; e, por outro, a planear e executar com oportunidade as medidas superiormente aprovadas relativas à defesa militar do arquipélago da Madeira tem sido e continuará a ser um importante foco da minha actuação como Comandante Operacional da Madeira.

Outro foco importante da nossa actuação prende-se com a atribuição de representar as Forças Armadas junto das autoridades civis no âmbito regional e assegurar a ligação com as forças e serviços de segurança e protecção civil, a fim de garantir o cumprimento das missões atribuídas às Forças Armadas. Exceptuam-se naturalmente destas missões, as missões particulares aprovadas, as missões reguladas por legislação própria e outras missões de natureza operacional que sejam atribuídas aos ramos e que, portanto, são da responsabilidade dos comandos de componente.

Assim, em 2011 continuaremos a utilizar a nossa capacidade de planeamento de exercícios, nomeadamente os exercícios da série Zarco, para reforçar o capital de cooperação e colaboração que existe na Madeira entre as forças armadas e as forças e serviços de segurança e a protecção civil regional. Este capital é uma realidade, aliás testada, mas tal não significa que, na resposta a catástrofes ou no âmbito da segurança interna, não possamos sempre melhorar o conhecimento mútuo e a interoperabilidade.

Por outro lado, estamos a melhorar a capacidade de planeamento operacional dos Oficiais que constituem o Estado-Maior do Comando Operacional da Madeira, através de um programa de aperfeiçoamento do conhecimento das realidades físicas e humanas, económicas, sociais e culturais da área de responsabilidade deste Comando, que é no fundo a área do arquipélago da Madeira.

Finalmente, vamos procurar utilizar os exercícios da série Zarco para recolher lições para a elaboração de planos actualizados de emprego operacional conjunto das forças armadas; e, posteriormente, para os testar.

Senhoras e senhores convidados,

Militares e civis do Comando Operacional da Madeira,

O processo de mudança em curso no sistema internacional é evidente: ainda recentemente foi anunciado que a economia chinesa ultrapassou a do Japão, para se tornar a segunda maior economia do mundo atrás apenas da dos Estados Unidos, e provavelmente por não muito tempo; a crise económica e financeira internacional torna mais clara a dimensão do desafio que constitui a afirmação da União Europeia como um grande actor político-estratégico mundial; os desenvolvimentos no Magrebe e em certas zonas do Médio Oriente prenunciam uma mudança que intuimos poder ser significativa mas cujos prazos e estado final ainda se tem dificuldade em projectar.

Precisamos assim de chaves de leitura que nos ajudem a melhor apreender a realidade e de instrumentos analíticos que nos permitam olhar para o futuro sem grande ansiedade.

Ao convidarmos o Professor Doutor Telhado Pereira, ilustre Professor Catedrático e antigo Reitor da Universidade da Madeira, para proferir uma palestra neste dia festivo, procurámos à nossa escala convocar a Academia Portuguesa para este exercício de descodificação de uma realidade complexa.

Por outro lado, se a conjuntura presente nos exige frieza analítica, também requer confiança.

Creio ser nos valores do presente que, nas conjunturas particularmente difíceis como aquela que Portugal vive, encontramos a confiança, a tranquilidade e a força para encarar o futuro sem dramatismos vãos. Neste contexto, os portugueses sabem que as suas Forças Armadas são um valor seguro, no presente e no futuro.

O Comandante Operacional da Madeira, por seu turno, também sabe que os militares e os civis que servem as forças armadas portuguesas na Região Autónoma da Madeira são um valor seguro. Por isso, quero terminar afirmando que conto tranquila e confiadamente com todos eles e em especial com os que servem no Comando Operacional da Madeira para cumprir com eficácia as missões que nos forem cometidas em 2011.

Muito obrigado.

Funchal, 25 de Fevereiro de 2011

O Comandante Operacional da Madeira

Tiago Vasconcelos

Major-general